

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUB-DIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA

Folha Nacional

30 DE JUNHO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 22ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt



O FN errou. Onde se lê "600 milhões em subvenções todos os meses" deve ler-se "600 mil euros em subvenções todos os meses"

600 MIL EUROS EM SUBVENÇÕES TODOS OS MESES

ENTREVISTA

**"A MENOS QUE SE SEJA
UM ATLETA MEDALHADO,
NÃO DÁ PARA FAZER DO
ATLETISMO UMA VIDA"**

com Rafael Neto
PÁG. 05



DESTAQUE

**CHEGA EM PEDRÓGÃO
CRITICA GOVERNO POR
FALHAR COMBATE AOS
INCÊNDIOS RURAIS**

PÁG. 04



600 MIL EUROS

EM SUBVENÇÕES TODOS OS ANOS

IN POR FOLHA NACIONAL

Sabe o que têm em comum José Sócrates, Armando Vara e Duarte Lima? Para além de estarem a braços com a justiça, todos eles recebem subvenções mensais vitalícias. Da longa lista disponibilizada pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), no presente mês, fazem parte personalidades de diversos quadrantes políticos, para além dos três já elencados acima. Do PS, do PSD, mas também do PCP, do CDS e dos Verdes, encontrando-se nela figuras como o ex-primeiro-ministro, **António Guterres**, o ex-comissário para as Migrações, **António Vitorino**, os ex-secretários-gerais do PCP, **Carlos Carvalhas** e **Jerónimo de Sousa**, a ex-presidente da Assembleia da República, **Assunção Esteves**, o ex-líder do PSD, **Luís Filipe Menezes**, ou o antigo ministro da República para os Açores e último governador de Macau, **Vasco Rocha Vieira**, que recebe 13.607 euros por mês desde 2000, a mais elevada das subvenções atualmente pagas. Destaque ainda para nomes como o histórico so-

cialista e poeta **Manuel Alegre** (3.052 euros desde 2010), a ex-deputada pelo PSD e depois pelo PS **Helena Roseta** (2.819 euros desde 2005), a ex-deputada do PCP **Ilda Figueiredo** (2.635 euros desde 2013), a histórica comunista **Odete Santos** (2.905 euros desde 2007) ou a ex-deputada do PSD e do PCP **Zita Seabra** (1.342 euros desde 1988), entre muitos outros.

Esta lista tem aumentado de ano para ano, contando neste momento com 298 ex-políticos e juizes, sendo que destes, 247 encontram-se a receber efetivamente da CGA – no ano passado havia 239 – e 51 estão com a subvenção suspensa ou com redução total. Todos os meses saem dos cofres da CGA, ou seja, do Estado Português, mais de 540 mil euros para pagar estas subvenções, o que perfaz um total de mais de 7,5 milhões de euros por ano.

A subvenção vitalícia mensal é um direito dos ex-Presidentes da República, membros do Governo, deputados ao Parlamento, representantes da República nas regiões autónomas, membros do Conselho de Estado e juizes do Tribunal Constitucional que não sejam magistrados de carreira. Mas os valores que cabem aos ex-Presidentes da República e

EDUARDO FERRO RODRIGUES

Ex-Presidente da AR (PS)

2 635,62€

ARMANDO VARA

Ex-ministro adjunto do PM (PS)

2 014,15€

JERÓNIMO DE SOUSA

Ex-Secretário-geral do PCP

2 282,70€

TOP 10 MAIS ALTAS



VASCO ROCHA VIEIRA

Antigo Governador de Macau

13 608,21€

ATRIBUÍDO EM 2000



JORGE HAGEDORN RANGEL

Ex-Secretário adjunto do Governador de Macau

6 633,86€

ATRIBUÍDO EM 2000



JOSÉ SOUSA BRITO

Ex-Juiz do Tribunal Constitucional

4 433,29€

ATRIBUÍDO EM 2003



JOSÉ CARDOSO COSTA

Ex-Presidente do Tribunal Constitucional

4 433,29€

ATRIBUÍDO EM 1990



ANTÓNIO GUTERRES

Secretário-geral da ONU (PS)

4 138,77€

ATRIBUÍDO EM 2002



JOÃO DE DEUS PINHEIRO

Ex-ministro do PSD

3 967,78€

ATRIBUÍDO EM 2009



FERNANDO MENEZES

Ex-Presidente da ALRAA (PS)

3 855,95€

ATRIBUÍDO EM 2009



LUÍS VALENTE OLIVEIRA

Ex-ministro do PSD

3 491,19€

ATRIBUÍDO EM 1995



MÁRIO CAMPOS PINTO

Ex-ministro do PPD

3 491,19€

ATRIBUÍDO EM 2000



MARIA ASSUNÇÃO ESTEVES

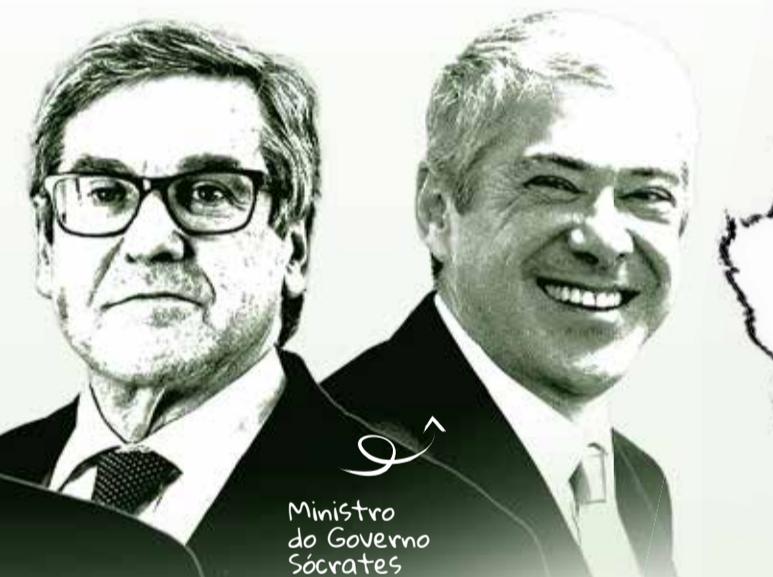
Ex-Presidente da AR (PSD)

3 432,78€

ATRIBUÍDO EM 2009

SE
MILH
POR
em subvenção

ROS OS MESES



Ministro do Governo Sócrates

JOSÉ SÓCRATES
Ex-Primeiro-Ministro (PS)

2 372,05€

JORGE LACÃO
Ex-ministro dos Assuntos Parlamentares (PS)

2 635,62€

56%
Recebe acima de 2 mil euros

44%
Recebe abaixo de 2 mil euros

279 ATIVOS

TE
ÕES
ANO
s vitalícias

aos ex-titulares de cargos políticos da Madeira são atribuídas e pagas pela Presidência e pela região autónoma, respetivamente.

O CHEGA tem combatido, desde a sua fundação, o perverso sistema de atribuição de subvenções vitalícias a cargos políticos administrativos e judiciais, por entender que colidem frontalmente com o princípio da igualdade, consagrado no art. 13º da CRP, e também com o princípio ético-social da equidade, ao definir um privilégio injustificado para um conjunto limitado de titulares. Para o partido liderado por André Ventura é inaceitável e uma verdadeira vergonha nacional que o Estado continue a pagar estas prestações a 247 antigos políticos e juizes, alguns deles na prisão a receber subsídios. Há um caso que é particularmente gritante - o do antigo primeiro-ministro socialista António Guterres, atualmente secretário-geral das Nações Unidas - que soma ao seu ordenado de 20 mil euros por mês nas Nações Unidas, uma subvenção vitalícia de 4.138,77 euros por mês, do Estado português. "Num país onde bombeiros feridos recebem pouco mais de 200 euros por mês, onde muitos pensionistas recebem cento e tal euros ou 200 euros por mês, onde os salários são a vergonha que todos conhecemos, ter políticos a receber milhares de euros por mês pelo simples facto de terem sido políticos, representa uma enorme vergonha nacional", lamenta André Ventura, e acrescenta que de si "podem ter a certeza de uma coisa: no dia em que eu abandonar a política, não exigirei um cêntimo do Estado português".

Por isso mesmo, Ventura apresentou na Assembleia da República um projeto de lei que propõe alterar o Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos para que passe a estabelecer que a subvenção mensal vitalícia não possa ser "cumulável

com pensão de aposentação ou de reforma a que o respetivo titular tenha igualmente direito" e que as subvenções a que têm direito os ex-presidentes da Assembleia da República e os ex-primeiros-ministros não possam ser "cumuláveis entre si". Se for aprovado, o CHEGA quer que esta lei entre em vigor "no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República" e que "todas as pessoas que eram beneficiárias da acumulação de pensões nos termos do Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos deixem de usufruir desse direito". O CHEGA sustenta igualmente que a possibilidade de acumulação de pensões "contraria não só o espírito das várias alterações legislativas que foram sendo feitas nos últimos anos, como é estruturalmente injusta, comparando com o sistema contributivo e de pensões da maior parte dos portugueses delas beneficiários". E defende que "a possibilidade de acumulação perpetua a lógica de privilégios injustificados e benefícios de natureza económica sobre os titulares ou ex-titulares de cargos públicos e políticos, lógica que deve ser afastada definitivamente do sistema jurídico-constitucional português". "Trata-se de um universo de situações profundamente injustas que devem ser corrigidas, sendo esse, naturalmente, um dever do legislador para com os seus eleitores e para com o povo português", salienta. O CHEGA alega que, "mesmo face à recente jurisprudência do Tribunal Constitucional, deve ser entendido que estamos perante direitos e privilégios cujos efeitos se continuam a produzir, a ter impacto político-social e também, mensalmente, no erário público". "Mesmo do ponto de vista estritamente jurídico, não se trata, por isso, de situações nascidas, consolidadas e esgotadas no passado, antes com uma raiz normativa-axiológica de efeitos contínuos", acrescenta o Grupo Parlamentar do CHEGA.

NESTA EDIÇÃO VEJA TAMBÉM



CUIDADOS CONTINUADOS QUEIXAM-SE DE EXCESSO DE BUROCRACIA

PÁG. 06



JUDICIÁRIA PEDE MAIS MEIOS PARA COMBATER TRÁFICO DE DROGA

PÁG. 07



CHEGA QUER CPI À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

PÁG. 08



DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO DECORRE JÁ NO PRÓXIMO DIA 20 DE JULHO

PÁG. 09



PREÇOS DOS ALIMENTOS SOBEM 33% EM PORTUGAL

PÁG. 10



Editorial
NUNO
VALENTE

MARISCADORES ILEGAIS

PÁG. 16



CHEGA EM PEDRÓGÃO CRITICA GOVERNO POR FALHAS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

N POR FOLHA NACIONAL

O presidente do CHEGA, acompanhado pelos deputados Pedro Pinto, Rui Paulo Sousa e Gabriel Mithá Ribeiro, assistiu, na terça-feira, à cerimónia de homenagem às vítimas mortais dos incêndios que teve lugar na zona de Po-brais, em Vila Facaia, no concelho de Pedrógão Grande. Para André Ventura é importante "não nos esquecermos da tragédia que ceifou tantas vidas no ano de 2017", ao mesmo tempo que "não nos podemos esquecer que há proble-

mas sérios para resolver" no que ao ordenamento florestal e à prevenção diz respeito. Na ótica do líder do CHEGA há vários aspetos que devem ser tidos em conta quando se pensa em delinear um "plano sério e realista" de combate aos incêndios. Desde logo, referiu, é "fulcral dotar os bombeiros dos meios necessários para o combate às chamadas", tal como é "fundamental que a Autoridade Nacional da Proteção Civil atue em coordenação com os

"O Estado não pode multar o cidadão comum que não limpa os seus terrenos e depois ter os seus próprios terrenos completamente ao abandono, sem serem limpos e com perigosos níveis de combustível"

comandantes que conhecem os territórios", pois um comando "excessivamente centralizado" não ajuda nem os bombeiros, nem as populações no combate aos incêndios. Depois, continuou André Ventura, o Estado tem falhado no que às comunicações diz respeito, lembrando que ainda há zonas do país onde não há rede telefónica. "E já percebemos que não podemos ficar reféns do SIRESP, pois são conhecidas as falhas neste sistema que dei-

xam os bombeiros no terreno sem conseguir comunicar", acrescentou.

Nesta senda, o líder do CHEGA lembrou que o Executivo, cujo "primeiro-ministro está no poder há oito anos, não foi ainda capaz de delinear um plano de reordenamento da floresta e do território que seja exequível e adaptado à realidade". Para André Ventura é "importante conseguir atrair pessoas para os territórios de baixa densidade populacional", não só para retirar pressão aos grandes centros urbanos, mas, principalmente para "devolver a vida a estes territórios".

"Quão maior for o nível de abandono do território, maior o risco de incêndio, porque o combustível florestal cresce sem que haja qualquer controlo do mesmo", apontou, referindo que o Estado também de cumprir o seu papel enquanto proprietário de terrenos.

"O Estado não pode multar o cidadão que não limpa os seus terrenos e depois ter os seus próprios terrenos completamente ao abandono com perigosos níveis de combustível", rematou.

Instado a comentar o facto de só o CHEGA e o PAN estarem presentes na cerimónia, André Ventura disse apenas que "cada partido define a sua prioridade, a nossa é e sempre será os portugueses".

A cerimónia de homenagem às vítimas dos incêndios florestais decorreu na última terça-feira e contou com a presença do CHEGA, da deputada única do PAN, Inês Sousa Real, do primeiro-ministro, do Presidente da República, bem como do bombeiro Rui Rosinha que ficou com 85% de incapacidade na sequência do incêndio de Pedrógão Grande. Nas declarações que prestaram no local, o primeiro-ministro sublinhou que "todos temos a obrigação permanente e diária de saber que o risco [de incêndio] existe e que o devemos prevenir" até porque, venceu António Costa, "Portugal é um país particularmente exposto ao risco das alterações climáticas, o que agrava todos os anos o risco de incêndios".

Já o Presidente da República encerrou a cerimónia sugerindo que, no próximo ano, o Dia de Portugal (10 de junho) fosse celebrado em Pedrógão Grande. "Tenho a certeza que o Governo me acompanhará nisso, penso que é preciso dar mais um sinal de vida", concluiu.

“A MENOS QUE SE SEJA UM ATLETA MEDALHADO, NÃO DÁ PARA FAZER DO ATLETISMO UMA VIDA”



© Cortesia de Rafael Neto

Rafael Neto tem 20 anos. Nasceu em Lisboa e é paratleta de corrida em cadeira de rodas (T54) e campeão mundial júnior nos 200 metros. Pratica desporto desde os 12 anos, tem como hobby treinar e o seu maior sonho é ser medalhista paralímpico. No início do ano esteve em risco de ficar sem lugar para viver, mas, felizmente, a situação foi ultrapassada.

O Rafael e a sua família estiveram em risco de ficar sem uma casa onde viver. Como se resolveu a questão?

Através de uma entidade designada IHRU (Instituto da

Habitação e da Reabilitação Urbana) que soube do caso e entrou em contacto comigo e com a minha mãe. Explicaram-nos no que consiste e apresentou-nos uma solução tanto provisória como definitiva e a situação resolveu-se.

Tiveram ajuda de amigos, familiares ou anónimos que se sensibilizaram com a sua situação?

Sim e tivemos também ajuda do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e da ministra da Habitação Marina Gonçalves.

O Rafael é um atleta medalhado que muito orgu-

hou Portugal. Pode dizer que se orgulha de Portugal também?

Pode-se dizer que sim

É fácil ser atleta paralímpico em Portugal?

Não é fácil. É preciso ter muita paciência e trabalhar muito arduamente e, claro, é preciso apoios. No meu entender é necessário que haja mais investimento direto no desporto paralímpico e que prestem mais atenção às suas especificidades e necessidades dos atletas.

Que tipo de apoio recebe um atleta do Comité Paralímpico português? É sufi-

ciente para quem quer fazer do atletismo a sua vida?

Recebe uma bolsa mensal durante um ano. No entanto, para conseguirem ter acesso a essa bolsa, os atletas têm de fazer tempos específicos em competições homologadas, dependendo do nível do atleta e do respetivo resultado que o comité exige que seja feito, o valor tende a aumentar ou a diminuir. Contudo, de uma forma geral, a menos que se seja um atleta medalhado, não dá para se fazer do atletismo uma vida em Portugal, infelizmente.

Atualmente treina para participar em alguma

competição?

Sim, para o campeonato nacional que irá decorrer em Braga já no próximo mês de Julho.

Que palavras dirige a jovens como o Rafael que sonham em competir por Portugal nas mais diversas modalidades?

Se tiverem um objetivo, por mais que custe e demore, acreditem em vocês mesmos. Dedicuem-se e tenham ambição e disciplina para com o vosso sonho. Nada é impossível e eu sou uma prova disso. Dedicuem-se, caiam e levantem-se as vezes que forem necessárias porque um dia tudo isso será recompensado.

UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS QUEIXAM-SE DE EXCESSO DE BUROCRACIA

 POR AGÊNCIA LUSA

Com uma população envelhecida e muitas situações de demência, são cada vez mais os casos em que as instituições - em muitos casos o diretor da instituição - acabam por ficar responsáveis por tratar de assuntos pessoais dos utentes relacionados, por exemplo, com rendas de casa, contas de água e luz ou até problemas no banco, contou à Lusa Dulce Vargas, diretora da Unidade de Cuidados Continuados da Cercitop em Algueirão-Mem-Martins, no concelho Sintra. A responsável refere que, nestes casos, é preciso dar entrada na justiça do chamado processo de maior acompanhado, que antigamente levava a que fosse nomeado um tutor.

Até que o processo arranque, o utente está na unidade de cuidados continuados, a ocupar um lugar cujo custo é calculado pela segurança social. Não tendo acesso à sua pensão para pagar a parte que lhe compete, fica com uma dívida à instituição. É precisamente para resolver esta dívida, acedendo à pensão do utente, que se avança com o processo de maior acompanhado. Contudo, explica Dulce Vargas, o Ministério

Público acaba muitas vezes por nomear o próprio diretor da instituição como responsável por essa pessoa, o que -- lamenta -- prejudica o trabalho de gestão da instituição.

"Sou contactada pelo Ministério Público, não só para resolver os casos em que a família assume esse acompanhamento, e em que também passa tudo por nós, mas também aqueles casos em que, no fundo, acabo por ser eu a nomeada", conta. Reconhecendo que não tem forma de rejeitar -- "isto é uma forma de ajudar o utente, para conseguir ficar na rede até ter uma vaga na segurança social" -- sublinha que esta responsabilidade acrescida prejudica o seu trabalho diário.

"Tenho que abrir uma conta conjunta com o utente (...), tenho de ir a casa do utente, pois se já está fora de casa desde o internamento hospitalar há algum tempo é preciso perceber se a casa tem condições, se há ainda contratos de eletricidade, de água ou de gás que têm de ser cancelados", exemplifica.

Todas estas tarefas acabam por prejudicar o trabalho de gestão da unidade: "Eu e os meus colegas que trabalham



na rede, porque sei de outros casos, noutras unidades, deixamos de trabalhar para a rede para trabalhar para estas situações do Ministério Público". Para o presidente da Associação de Cuidados Continuados (ANCC), José Bourdain, a solução seria "uma boa liderança",

"Resolvíamos este problema e o dinheiro dos nossos impostos seria muito menor para gastar nestas áreas do que é atualmente. Acho que deitamos muito dinheiro fora"

"capacidade de decisão" e "uma equipa competente".

"Uma equipa com boa liderança, de gente competente, que gerisse tudo o que é apoio domiciliário, centros de dia, centros de noite, ERPI e os cuidados continuados, em articulação com a rede hospitalar", afirma.

JUDICIÁRIA PEDE MAIS MEIOS PARA COMBATER TRÁFICO DE DROGA

POR AGÊNCIA LUSA

A Polícia Judiciária (PJ) alertou para o aumento da circulação de droga, que já levou este ano à apreensão de praticamente a mesma quantidade de estupefacientes apreendida em 2022, defendendo mais meios para o combate ao tráfico. O coordenador da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, Rui Sousa, sublinhou que já foram apreendidas cerca de 40 toneladas de droga em Portugal nos primeiros seis meses deste ano, com destaque para o haxixe e a cocaína.

"Em algumas drogas há já uma quantidade apreendida superior ao ano passado, sobretudo haxixe. Em relação à cocaína ainda não é superior ao valor do ano passado, mas é já bastante considerável", referiu o responsável da PJ. Segundo Rui Sousa, a cocaína é oriunda sobretudo da América do Sul e Caraíbas, enquanto o haxixe provém maioritariamente de Marrocos e destacou a importância de as autoridades portuguesas disporem de mais meios face ao aumento da oferta de droga.

"Queremos sempre mais meios. É a nossa função combater este fenómeno; nós, o Ministério Público, as outras autoridades, todos nós pugnamos por mais meios. Entendemos que é um bom trabalho que tem sido feito até esta data, mas claro que, se tivéssemos mais meios, se calhar poderíamos



fazer melhor", disse. O alerta da PJ foi feito no Dia Internacional Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas, com as autoridades a assinalarem a data com a incineração de cerca de seis toneladas

de vários tipos de droga apreendida durante os últimos meses numa estação de tratamento do lixo nos arredores de Lisboa. Em 2022 foram apreendidas quase 42 toneladas de droga.

SEF DESMANTELOU GRUPO CRIMINOSO EM BARCELOS POR AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL

POR AGÊNCIA LUSA

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) desmantelou, em Barcelos, uma organização criminosa transnacional por "fortes indícios" dos crimes de auxílio à imigração ilegal e angariação de mão de obra estrangeira ilegal, tendo sido detidos cinco cidadãos portugueses. Em comunicado, o SEF acrescentou que em causa estão também crimes de falsificação de documentos, falsidade informática e branqueamento. "Este grupo criminoso recrutou

nos países de origem, em bolsas de imigração ilegal em território nacional e em outros países Schengen (predominantemente em Espanha e França), mais de 300 trabalhadores estrangeiros, originários do continente sul-americano, para laborar em obras públicas, obras de construção civil e fábricas de componentes de construção dispersas pelo espaço comunitário europeu", acrescenta o comunicado.

"Para camuflar a atividade ilícita, o grupo criminoso montou uma

rede de sociedades fachada com relevância fiscal e jurídica em Portugal e em França e opera inúmeras contas bancárias tituladas por figuras testa de ferro", lê-se ainda no comunicado. No decorrer da operação foram apreendidos telemóveis, material informático, documentação relacionada com as empresas, documentos de identificação, viaturas de alta cilindrada, bens de luxo e mais de meio milhão de euros em numerário. Participaram 90 inspetores do SEF e 10 da PJ.

RUBRICA N
**PORTUGAL
REAL**

SANTARÉM

CHEGA DENUNCIA CONTRATOS DE JUNTA AO MP

Os deputados do CHEGA eleitos para a Assembleia de Freguesia de Samora Correia, no distrito de Santarém, enviaram uma denúncia ao Ministério Público relativa a contratos públicos efetuados pela Junta de Freguesia local. Os quatro contratos, que dizem respeito a manutenção de espaços verdes e higiene urbana e, segundo o eleito do CHEGA Rúben Vicente, foram feitos a empresas que pertencem à mesma família, violam, assim, o código dos contratos públicos. Face ao exposto, a bancada do CHEGA na Assembleia de Freguesia de Samora Correia decidiu enviar uma denúncia ao Ministério Público para que a situação seja investigada. Por seu turno, o presidente da Junta comunista (CDU) garante que não houve qualquer violação da lei e que desconhece a existência de relações familiares entre as empresas em causa.

FARO

CM ALBUFEIRA PEDE MAIS MEIOS DE EMERGÊNCIA MÉDICA

O presidente da Câmara de Albufeira exige um reforço dos meios de emergência médica que prestam socorro no concelho para dar uma resposta mais eficaz aos residentes e aos visitantes do município no verão.

O autarca da Câmara algarvia, José Carlos Rolo (PSD), manifestou a sua "preocupação" com a resposta que é dada em Albufeira em termos de emergência médica e defendeu a necessidade de haver "mais ambulâncias devidamente equipadas" para poder haver uma resposta atempada a uma população que cresce durante o verão com a presença de turistas.

"É urgente o reforço de ambulâncias no concelho de Albufeira, bem como de pessoal especializado, para dar resposta às necessidades crescentes, quer por parte da população residente, quer por parte da população flutuante", defendeu o autarca em comunicado.

Se isso acontecesse, diz que tudo seria melhor para os utentes: "Resolvíamos este problema e (...) o dinheiro dos nossos impostos seria muito menor para gastar nestas áreas do que é atualmente. Acho que deitamos muito dinheiro fora".

CHEGA QUER CPI À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA



POR AGÊNCIA LUSA

O CHEGA vai propor a constituição de uma comissão de inquérito à tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e chamar a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ao parlamento sobre as alegadas irregularidades nas contas. Em conferência de imprensa, o presidente do CHEGA anunciou que o partido vai propor "chamar de urgência a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ao parlamento para explicar a não homologação nas contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e explicar que irregularidades e ilegalidades estão em causa", bem como que suspeitas motivaram

o pedido de uma auditoria. Falando aos jornalistas na sede do partido, André Ventura anunciou também que o CHEGA vai propor a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, pedido que dará entrada ainda nesta sessão legislativa mas será debatido e votado na próxima, a partir de setembro. O líder do CHEGA indicou também que o partido "tem vindo, desde janeiro, a reunir informação relevante no âmbito da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa" porque "nos últimos meses e anos foram várias as suspeitas à volta da gestão da Santa Casa da Misericórdia e também da sua tutela política". André Ventura falou concreta-

mente em "apoios suspeitos à Fundação Ricardo Espírito Santo e à associação Raríssimas, múltiplas diligências da Política Judiciária e do Ministério Público, com suspeitas de desvio de fundos ou de gestão danosa ou em proveito próprio" e ainda o "caso muito suspeito e pouco claro da alegada venda da participação de 55% do Hospital da Cruz Vermelha". O líder do CHEGA indicou que "não se trata de suspeitas sobre o atual provedor, sobre a atual gestão, a atual ministra ou a atual orientação", pelo que vai abordar com outros partidos a questão do horizonte temporal da proposta de inquérito antes de a apresentar no parlamento.

André Ventura falou em "apoios suspeitos à Fundação Ricardo Espírito Santo e à associação Raríssimas, múltiplas diligências da Política Judiciária e do Ministério Público, com suspeitas de desvio de fundos"

No domingo, Luís Marques Mendes afirmou, na SIC, que a ministra Ana Mendes Godinho solicitou uma auditoria externa à Santa Casa por suspeitas de ilegalidades, pedido entretanto confirmado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. De acordo fonte do gabinete da ministra, estão atualmente a decorrer dois processos distintos, por um lado a reavaliação dos Relatórios de Gestão e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) relativos aos anos de 2021 e 2022, e, por outro, uma "avaliação externa e independente à Santa Casa Global, no âmbito do processo de internacionalização de jogos".

COSTA INDISPONÍVEL PARA CARGO EUROPEU. SERÁ?

POR AGÊNCIA LUSA

O primeiro-ministro, António Costa, diz que não está disponível para vir a ocupar qualquer cargo na União Europeia, depois das eleições de junho de 2024, noticiou, esta semana, o jornal Público. Numa resposta ao jornal, em reação à notícia de que Bruxelas vai pressionar o primeiro-ministro português a ir para o Conselho Europeu, António Costa

explicou que não aceitará qualquer missão que ponha em causa a estabilidade do país.

"Eu sou o garante da estabilidade. Já expliquei a todos que não aceitarei uma missão que ponha em causa a estabilidade em Portugal. Alguma vez eu poria em causa a estabilidade que tão dificilmente conquistei?", questionou.

O Público escreve ainda que a indisponibilidade do primeiro-ministro para ocupar cargos

européus se prende "com a sua preocupação em não criar crises políticas em Portugal".

O jornal acrescenta ainda outros fatores, entre eles a ideia de que António Costa "está 100% focado em cumprir o mandato de primeiro-ministro até ao final da legislatura, que termina após as legislativas de setembro ou outubro de 2026, e em levar a cabo os objetivos a que se propõe, nomeadamente a estabilização orçamental portuguesa".

DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO DECORRE JÁ NO PRÓXIMO DIA 20 DE JULHO



POR AGÊNCIA LUSA

A conferência de líderes ajustou o calendário dos últimos plenários da atual sessão legislativa, reagendando para dia 20 de julho o debate sobre o estado da nação, inicialmente previsto para o dia anterior. A súmula da reu-

nião da conferência de líderes da última quarta-feira, divulgada hoje, refere que o presidente da Assembleia da República deu indicação de que os trabalhos em plenário vão terminar no dia 20 de julho, com o debate sobre o estado da nação.

De acordo com o mesmo documento, Augusto Santos Silva indicou também que para o dia anterior, 19 de julho, "deverá ser agendada" a apreciação do relatório da comissão parlamentar de inquérito à TAP.

A discussão e votação do relatório final na comissão está agendado para dia 13 de julho. Na súmula de dia 26 de abril, lê-se que a ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares "solicitou a alteração para o dia 20 de julho do agendamento indicativo do debate do estado da nação, passando o último plenário para votações finais globais para o dia 19 de julho, o que não registou objeções".

Também para o dia 19 de julho está previsto o debate na generalidade de duas propostas de lei do Governo sobre as ordens profissionais, além do debate sobre as prioridades da Presidência espanhola do Conselho da União Europeia (UE) e a apreciação e votação do Relatório de Portugal na UE 2022. Por proposta do presidente da Assembleia, que mereceu consenso, estes dois debates europeus vão ser fundidos numa única discussão, indica a súmula. Nesse dia decorrem ainda as últimas votações em plenário desta sessão legislativa. A súmula indica também que entre os dias 07 de 19 de julho não haverá reuniões plenárias, "para as comissões poderem finalizar processos legislativos e enviar textos para votação".

MEDINA PERDE-SE NAS "ALCATIFAS DE BRUXELAS"



POR AGÊNCIA LUSA

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) lamentou que o Ministro das Finanças esteja "deslumbrado com as alcatifas de Bruxelas", a quatro dias de terminarem negociações sem que o Governo formalize uma proposta de grelhas salariais.

"Temos a maior das dúvidas que o Dr. Medina tenha a percepção daquilo que está a acontecer no Serviço Nacional de Saúde (SNS), perfeitamente deslumbrado com as alcatifas de Bruxelas", disse à agência Lusa o secretário-geral do SIM, após mais uma reunião no âmbito das negociações laborais que se iniciaram em 2022.

Segundo Jorge Roque da Cunha, no encontro de hoje não foi concretizada nenhuma proposta formal de alteração das grelhas salariais dos médicos, ficando marcada a "reunião decisiva" para quinta-feira, que será a última deste processo negocial, que termina no final do mês.

"Pela forma como decorreu a reunião, o problema está na incapacidade que o Dr. Pizar-

ro [ministro da Saúde] tem demonstrado em fazer sentir ao Ministério das Finanças que há 1,7 milhões de portugueses sem médico de família e longuíssimas listas de espera" para consultas e cirurgias, salientou o dirigente sindical.

Roque da Cunha frisou que "voltamos a reiterar que o recurso à greve é algo que não desejamos, mas infelizmente tudo está a decorrer para que isso possa acontecer", alertou o secretário-geral do SIM.

Estas negociações tiveram o seu início formal já com a equipa do ministro Manuel Pizarro, mas as matérias a negociar foram acordadas ainda com a anterior ministra, Marta Temido, que aceitou incluir a grelha salarial dos médicos do SNS no protocolo negocial.

Em cima da mesa estão, assim, as normas particulares de organização e disciplina no trabalho, a valorização dos médicos nos serviços de urgência, a dedicação plena prevista no novo Estatuto do SNS e a revisão das grelhas salariais.

PRESIDENTE DO BCE GARANTE QUE TAXAS DE JURO VÃO CONTINUAR A AUMENTAR EM JULHO

POR AGÊNCIA LUSA

A presidente do BCE, Christine Lagarde, afirmou que a natureza da inflação na zona euro está a mudar e é improvável que, no futuro próximo, o banco central possa declarar que as taxas diretoras máximas foram atingidas. Em Sintra, na abertura do Fórum do Banco Central (BCE), Christine Lagarde reafirmou que a inflação na zona euro é demasiado elevada e continuará a sê-lo durante demasiado tempo, sendo que o compromisso do banco central em atingir a meta de inflação de 2% se mantém. "Ainda não assistimos ao impacto total dos aumentos acumulados das taxas de juro decididos desde julho passado – que ascendem a 400 pontos base. Porém, o nosso trabalho ainda não terminou", disse. A presidente do BCE reafirmou o sinalizado na última reunião do Conselho de Governadores deste mês: "Exceto se ocorrer uma alteração substancial das perspetivas de inflação", o banco central continuará "a aumentar as taxas em julho". Christine Lagarde explicou que existem duas fontes de incerteza que afetam o "nível" e a "duração" das taxas diretoras. Por um lado, a incerteza quanto à persistência da inflação leva a que o nível em que as



taxas atingirão um máximo dependerá da situação. "Dependerá de como a economia e várias das forças que descrevi evoluem com o tempo. Além disso, terá de ser continuamente

reavaliado ao longo do tempo", afirmou. Assim, considera ser "improvável que, no futuro próximo, o banco central possa declarar com toda a confiança que as taxas máximas foram atingidas".

"É por este motivo que a nossa política tem de ser decidida reunião a reunião e de permanecer dependente dos dados", disse. Por outro lado, existe incerteza acerca da força da transmis-

são da política monetária. "O quão forte a transmissão se revelar na prática determinará o efeito de um dado aumento das taxas sobre a inflação e isso refletir-se-á na trajetória esperada da política monetária", salientou. Lagarde recorda que parte desta incerteza reside no facto da zona euro não ter atra-

"Christine Lagarde reafirmou que a inflação na zona euro é demasiado elevada e continuará a sê-lo durante demasiado tempo"

vessado uma fase sustentada de aumentos das taxas de juro desde meados da década de 2000 e as taxas nunca terem subido tão rapidamente. "Precisamos que as taxas atinjam níveis 'suficientemente restritivos' para fixar a restritividade da nossa política monetária", salientou, acrescentando que é necessário comunicar claramente que permanecerão "nesses níveis enquanto for necessário". "Tal assegurará que os aumentos das taxas não suscitam expectativas de uma inversão demasiado rápida da política monetária e permitirá a concretização do impacto total das nossas medidas anteriores", disse.

PREÇOS DOS ALIMENTOS SOBEM 33% EM PORTUGAL, QUASE O DOBRO DA UE

POR AGÊNCIA LUSA

A subida homóloga dos preços dos produtos agrícolas de base abrandou, no primeiro trimestre, para os 17% na União Europeia (UE), com Portugal e Espanha a apresentarem o maior aumento (33%), divulgou o Eurostat. De acordo com dados do serviço estatístico da UE, entre o 1.º trimestre de 2022 e os primeiros três meses de 2023, o preço médio dos produtos agrícolas no seu conjunto aumentou 17%, uma taxa inferior

à registada no trimestre anterior (26% entre o quarto trimestre de 2021 e o mesmo período de 2022), para o mesmo cabaz de produtos de base. As taxas de aumento mais acentuadas do preço médio da produção agrícola registaram-se em Portugal e em Espanha (33% em ambas), sublinhando o Eurostat que a seca na Península Ibérica levou a uma redução da produção, o que impulsionou ainda mais o aumento dos preços.

A Lituânia foi o único país da UE em que o preço médio da produção agrícola diminuiu nos primeiros três meses do ano (-2%). No cabaz de produtos de base, os ovos registaram o maior aumento de preços (60% na média da UE), seguindo-se o arroz (51%) e a carne de porco (49%). Os preços na produção -- os custos suportados pelos agricultores -- aumentaram 11% para o mesmo cabaz de fatores de produção no primeiro trimestre do ano, face ao período homólogo.

RENDAS SÃO MAIS ALTAS E HÁ MENOS ARRENDAMENTOS

POR AGÊNCIA LUSA

O número de novos contratos de arrendamento de habitação diminuiu 1,7% no primeiro trimestre, em termos homólogos, para 24.300, enquanto as rendas medianas subiram 9,4% para 6,74 euros por metro quadrado, divulgou o INE. Segundo os dados do INE, no 1.º trimestre, "a renda mediana dos 24.300 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal atingiu 6,74 euros por metro quadrado", valor que

"representa um aumento de 9,4% face ao período homólogo de 2022". A renda mediana aumentou em 13 das 25 sub-regiões NUTS III, destacando-se Alentejo Litoral (12,8%) e Terras de Trás-os-Montes (11,5%). Acima da média nacional ficaram as sub-regiões da Área Metropolitana de Lisboa (10,26 euros por metro quadrado), Algarve (7,81 euros por metro quadrado), Região Autónoma da Madeira (7,73 euros por metro quadrado) e Área Metropolitana do Porto (7,29 euros por metro quadrado).

Opinião


ESTAMOS FALADOS!

POR **MIGUEL CASTRO**
PRESIDENTE DO CHEGA MADEIRA

Como seria de esperar, o agendamento das eleições legislativas regionais para o dia 24 de setembro deram início aos jogos de bastidores e à manipulação da comunicação social para fins meramente partidários. Com o propósito de afastar do nosso partido os eleitores que estão saturados da liderança social-democrata e exigem uma mudança no paradigma da governação, o PSD-Madeira veio a público dizer que reconhece o CHEGA como ator legítimo do panorama político e que está aberto a diálogos com o nosso partido, caso tal seja necessário no período pós-eleitoral. Sem dúvida seguindo a indicação do parceiro de jornada, o CDS-Madeira ensaiou o mesmo tipo de diálogo, afirmando disponibilidade para falar connosco após o plebiscito de setembro.

Mas as observações falham o alvo – e falham de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, o CHEGA não está, nem nunca esteve, à espera do reconhecimento do PSD ou do CDS em matérias de legitimidade política. Pelo contrário, a legalidade da nossa existência e a constitucionalidade da nossa ação política resultam da aprovação que há muito nos foi conferida pelo Tribunal Constitucional, o qual, após uma exigente e minuciosa análise dos nossos estatutos e missão, afirmou com clareza contundente que somos um partido constitucionalmente fundamentado e, como tal, um participante de pleno direito na conjuntura política nacional, a qual inclui, como é óbvio, as autonomias atlânticas. Por isso, não precisamos, nem estávamos à espera, da 'bênção pública' de sociais-democratas ou centristas. Bem que a poderiam ter guardado para instituições que a valorizassem, o que não é, de todo, o nosso caso.

Em segundo lugar, sabemos, há muito tempo, que quase todos os partidos, assim como certa comunicação social, decidiu criar uma espécie de 'cerca sanitária' em torno do CHEGA, a qual também se estendeu, de sobremaneira, à Região Autónoma da Madeira. Quer seja no parlamento, em certos jornais ou nos debates televisivos entre autointitulados comentadores da vida pública madeirense

e portosantense, o foco passa quase sempre por ignorar a existência do nosso partido, menosprezar o contributo que fazemos para a vida pública e rotular-nos com toda o tipo de epítáfios, que vão desde 'populista', 'racista' e 'xenófobo' a 'misógino', 'extremista' e 'fundamentalista'. Muito felizmente, e graças à enorme capacidade que o CHEGA tem tido de passar a sua mensagem diretamente à população, tais tristes esforços tornaram-se, para quem os exerce, meros exercícios frustrantes e vazios.

Hoje, mais do que nunca, o cidadão comum sabe quem somos e aqueles que trabalham, pagam impostos, procuram uma vida digna, amam o seu país e querem para os seus um país e uma Região com felicidade, justiça, equilíbrio, valores e princípios, já perceberam que somos a sua voz. Por muito que os supostos 'maiorais' nos ignorem, não desistimos. Por muito que nos rotulem, não vergamos. E por muitas inverdades, falsidades e divisões internas que queiram disseminar, o nosso foco e a nossa determinação são fortes! Em terceiro lugar, porque conhecemos bem os jogos e as dissimulações que o PSD e o CDS têm feito questão de trazer para a Democracia na Região Autónoma da Madeira, não nos deixamos embalar por conversas fúteis de alianças. A nossa posição, que já foi afirmada e reafirmada no passado, é extremamente clara: não estamos disponíveis para qualquer tipo de coligações com os interesses partidários instalados. Como tal, não vamos trair o nosso eleitorado, nem estender linhas de vida a quem trata a Madeira e o Porto Santo como propriedades privadas, onde o Bem Comum e a Causa Pública são meras moedas de troca em negociatas que nos empobrecem, asfixiam e envergonham. Sabemos bem onde vamos. E sabemos que não nos vendemos – nem, por um prato de lentilhas, nem por uma travessa de lagostas. O nosso propósito é outro, muito mais importante e muito mais válido. E o que o PSD e o CDS têm de perceber, uma vez por todas, é que nunca conseguirão comprar aquilo que não está à venda.

Estamos falados!



Em primeiro lugar, o CHEGA não está, nem nunca esteve à espera do reconhecimento do PSD ou do CDS em matérias de legitimidade política

↳ Miguel Castro



A “guerra de informação” pode influenciar de uma forma geral toda a sociedade, e apresenta-se como uma nova forma de “guerra”

↳ Marta Marques

Opinião


IMPUNIDADE

POR **MARTA MARQUES**
EMPRESÁRIA

Quando a impunidade vira a força dos criminosos. Quantos de nós, nos últimos tempos, não tem sentido que a justiça está a gerar a sensação de impunidade na sociedade?

As pessoas cometem atos delinquentes / criminosos, mas não são responsabilizados pela prática dos mesmos.

Os jovens que cometem delitos, são adultos para decidirem sobre determinadas situações, mas não são adultos o suficiente para sofrerem as consequências dos seus atos.

Nos muitos casos de violência doméstica, o agressor acaba com uma pena suspensa e com proximidade à vítima. A vítima é que vive no flagelo do medo, de ter de sair de casa, de ter de começar praticamente do zero, acabando por ser a vítima quem cumpre a pena.

Isto quando, a vítima ainda consegue fugir do flagelo da violência, porque, como temos visto nos meios de comunicação, muitas vítimas acabam mortas nas mãos destes agressores que saem numa pena suspensa e com as ditas pulseiras eletrónicas que deveriam proteger as vítimas. Nas ruas e cafés mostramos a nossa indignação e comentamos a desproporcionalidade das penas e a injustiça das mesmas. Entre um pobre que rouba comida, que acaba condenado a cumprir uma pena, que aos olhos da sociedade, se mostra demasiado severa.

Mas nos casos de corrupção, esses prolongam-se por intermináveis anos, chegando ao cúmulo de prescreverem, e os autores do crime acabam sem sofrerem as consequências dos seus atos. No sistema que possuímos atualmente, das fronteiras de portas abertas, o crime organizado está a instalar-se. A criminalidade organizada aumentou e começa a mostrar-se com força. Vejamos o caso que circula ultimamente nas redes sociais, onde um grupo nepalês organizado espalha o terror em Lisboa. E as forças de segurança que intervenção podem fazer?! Que meios têm para combater este flagelo?!

O número de agentes ativos tem descido drasticamente, as condições das esquadras e de trabalho, são as que todos

conhecemos, os agentes não dispõem nem dos meios nem da liberdade para combaterem estas situações.

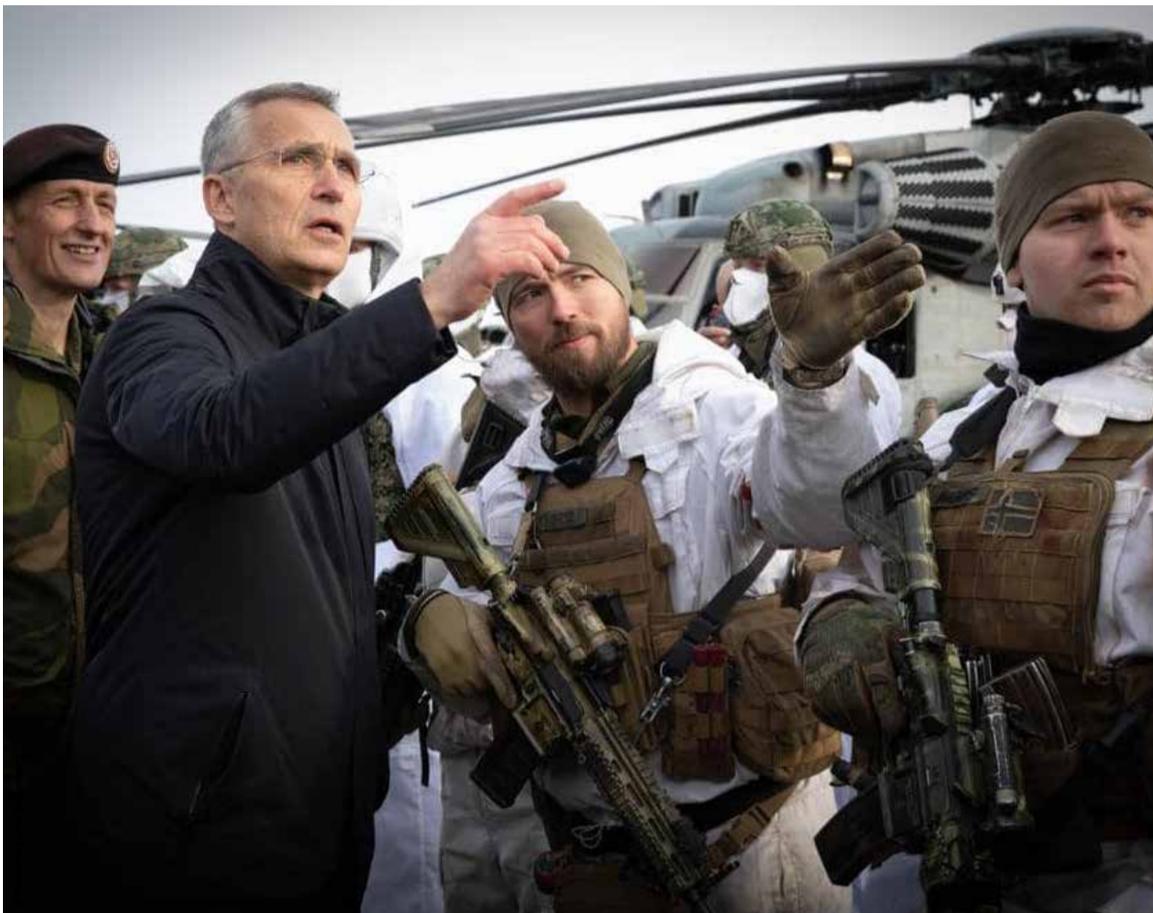
Fôssemos ver um grupo de agentes a intervir neste caso utilizando a sua força e o que ouviríamos da sociedade...

Abuso de autoridade? Racismo? Discriminação? Não era caso para tanto?

Mas aí, temos o reverso da medalha, agentes da autoridade que sofrem agressões enquanto tentam cumprir as suas ordens e impor a ordem social. Forças de Segurança que são violentamente agredidos ao abrigo de cumprirem as suas funções e qual a resposta da sociedade?! Prestamos o mesmo nível de indignação que prestamos aos pobres criminosos?!

A IMPUNIDADE instalou-se e exige da nossa parte uma profunda reflexão de como nós, como sociedade, devemos intervir e ajudar as que as forças de segurança a impor a ordem social. Cada um de nós, como cidadão, tem um dever a cumprir na sociedade. Podemos começar por respeitar estes homens de farda. Podemos começar por condenar, sem desculpas nem justificações, os atos de agressão contra os agentes de autoridade. Podemos começar por exigir que o ESTADO lhes dê os meios e a liberdade necessária para que possam intervir com eficácia na resolução destes casos. A Justiça não pode, de maneira nenhuma, permitir a impunidade. O princípio de que cada ato tem uma consequência, e de que temos de sofrer as consequências pelos nossos atos, tornam-se os inibidores dos comportamentos enviesados. Com base neste princípio base, não podemos de todo, deixar que comportamentos inadequados e criminosos saiam impunes e sem sofrerem consequências. A IMPUNIDADE instala-se quando fechamos os olhos ou viramos a cara para o lado.

No CHEGA, as forças de segurança poderão sempre contar com o nosso apoio e respeito. No CHEGA juntamo-nos, lado a lado, às forças de segurança na luta contra este flagelo. As forças de segurança lutam para repor a ordem social para que o povo português possa viver com segurança. Nós, CHEGA juntamo-nos a eles por essa luta!



REBELIÃO DO GRUPO WAGNER MOSTRA QUE INVASÃO DA UCRÂNIA FOI UM ERRO

POR AGÊNCIA LUSA

O secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, considerou que a rebelião dos mercenários do grupo Wagner na Rússia mostra que a invasão da Ucrânia por ordem do Presidente russo, Vladimir Putin, foi um erro estratégico. "Estamos a acompanhar a situação na Rússia. Os acontecimentos do fim de semana são um assunto interno da Rússia e mais uma demonstração do grande erro estratégico que o Presidente Putin cometeu em relação à

anexação ilegal da Crimeia e na guerra contra a Ucrânia", disse Stoltenberg aos jornalistas em Vilnius, cidade que receberá a cimeira da Aliança Atlântica no próximo mês. "Também estamos a acompanhar a situação na Bielorrússia", acrescentou Stoltenberg, após Moscovo ter enviado armas nucleares para aquele país no início deste mês, gesto que a NATO condenou. "É imprudente e irresponsável. Não vemos qualquer indicação de que a Rússia se esteja a preparar para utilizar armas nucleares, mas a NATO perma-

nece vigilante", adiantou o responsável da Aliança. De acordo com o Presidente da Lituânia, Gitanas Nauseda, que falou na mesma conferência de imprensa, a rebelião do Grupo Wagner demonstra "a instabilidade do regime do Kremlin". "É provável que se esperem desafios semelhantes ou até maiores no futuro", acrescentou Nauseda, referindo que "a fixação do grupo Wagner na Bielorrússia pode tornar-se um fator adicional" em relação à segurança da região. Stoltenberg também sublinhou que agora ainda é mais impor-

tante manter o apoio a Kiev. O secretário-geral da NATO indicou que, quanto mais a Ucrânia for bem-sucedida na sua contraofensiva para recuperar territórios ucranianos da Rússia, "mais fortes serão os seus trunfos a apresentar numa mesa de negociação", lembrando que os aliados estão a preparar apoios plurianuais à Ucrânia e decisões que a aproximem da organização militar. "O seu lugar [da Ucrânia] é na NATO", sublinhou, reforçando que, mais cedo ou mais tarde, o país será membro da Aliança.

"É imprudente e irresponsável. Não vemos qualquer indicação de que a Rússia se esteja a preparar para utilizar armas nucleares, mas a NATO permanece vigilante e atenta"
- Jens Stoltenberg

VLADIMIR PUTIN RETIROU AS ACUSAÇÕES CONTRA GRUPO WAGNER, MAS FALA EM TRAIÇÃO

POR AGÊNCIA LUSA

As autoridades russas retiraram as acusações contra o grupo de combatentes a soldo da empresa Wagner, liderado por Yevgeny Prigozhin, cuja rebelião se prolongou durante 24 horas no passado fim de semana. "Ficou estabelecido" que os participantes no motim "puseram termo às ações que visavam diretamente a prática de um crime" e, por isso, o Kremlin decidiu "retirar as acusações", afirmaram os serviços de segurança russos (FSB).

No fim de semana, Yevgeny Prigozhin, que lidera o grupo Wagner, conduziu uma rebelião armada de 24 horas, com os mercenários a tomarem a cidade de Rostov-on-Don, no sul da Rússia, e a avançar até 200 quilómetros de Moscovo. A rebelião terminou com um acordo mediado pelo Presidente bielorrusso, Alexander Lukashenko, que, segundo o Kremlin, estabelece que Prigozhin fique exilado na Bielorrússia, em troca de imunidade para si e para os seus mercenários.



GIORGIA MELONI PEDE EMPENHAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA CONTRA TRÁFICO DE MIGRANTES

POR AGÊNCIA LUSA

A primeira-ministra italiana defendeu, no Parlamento italiano, que a cimeira europeia deve empenhar-se em "acabar com o tráfico de migrantes" no Mediterrâneo, causador de tragédias como o recente naufrágio na Grécia. Referindo que as migrações serão o tema central do Conselho Europeu, que se realizará em Bruxelas, Giorgia Meloni adiantou que para a Itália não é útil alimentar controvérsia no âmbito do Mecanismo Eu-

ropeu de Estabilidade. "O interesse de Itália é participar nas negociações sobre a governação europeia, onde discutimos globalmente o respeito pelo nosso interesse nacional", disse. A primeira-ministra disse também associar-se às condolências manifestadas pela recente tragédia ao largo da Grécia, referindo-se ao naufrágio ocorrido em 14 de junho que provocou 82 mortos e centenas de desaparecidos.

RON DESANTIS PROMETE LUTA CONTRA IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA DOS EUA



canas de imigração que refletem políticas do ex-presidente norte-americano Donald Trump. O plano de DeSantis exige a reversão de precedentes legais nos EUA ou até mesmo uma emenda à Constituição norte-americana.

"Ouvi as pessoas em DC durante anos e anos e anos, voltando décadas - republicanos e democratas - sempre a falar sobre isso, mas nunca levando a questão a uma conclusão", disse DeSantis para uma plateia de cerca de 100 pessoas.

DeSantis, ao escolher a imigração para liderar a proposta, prioriza uma questão polêmica que há muito tem sido o foco dos eleitores mais conservadores do Partido Republicano. Uma pesquisa da AP-NORC aponta que, em média, seis em cada 10 adultos nos EUA desaprovam a maneira como o presidente Joe Biden lida com a imigração.

DeSantis tem prometido acabar com a chamada política que permite a libertação de imigrantes no país ilegalmente até a data do julgamento, isto porque as autoridades federais de imigração têm dinheiro para apenas 30.000 camas, impossibilitando a detenção de todos. DeSantis também prometeu restabelecer a política de permanência no México para fazer com que os requerentes de asilo esperem no México por audiências do tribunal de imigração dos EUA e prometeu usar força militar contra cartéis de drogas, se necessário.

POR AGÊNCIA LUSA

O candidato presidencial republicano dos EUA, Ron DeSantis, prometeu na segunda-feira acabar com a cidadania por nascimento, terminar a construção do muro da fronteira sul e enviar militares para combater os cartéis

de drogas no México.

Esta proposta de política de imigração foi apresentada em Eagle Pass, no Texas, cidade de fronteira EUA-México, pelo governador da Florida, candidato nas eleições de 2024, representando uma lista das propostas republi-

DIREITA CONSERVADORA GARANTE MAIORIA NA GRÉCIA

POR AGÊNCIA LUSA

Os ministros do segundo Governo do conservador Kyriakos Mitsotakis já tomaram posse após a vitória por maioria absoluta da Nova Democracia (ND, direita) nas legislativas gregas de domingo, que lhe permite manter o poder que obteve desde 2019.

O novo Executivo inclui 24 ministros, com apenas sete novos membros e com algu-

mas mudanças de pastas. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Nikos Dendias, assume a Defesa, enquanto a diplomacia será entregue a Giorgios Gerapetritis, um próximo aliado de Mitsotakis, e com a pasta das Finanças a cargo de Kostis Chatzidakis. A Presidente grega, Katerina Sakellariopoulou, marcou presença na cerimónia de posse dos ministros.

As eleições do último domingo fi-

caram assinaladas por uma elevada abstenção (47,17%), e pela entrada de oito partidos no parlamento, onde a extrema-direita voltará a ter representação.

A Nova Democracia garantiu 40,56% dos votos expressos e 158 dos 300 deputados — beneficiando do bônus de 50 deputados para a formação mais votada — enquanto o Syriza (esquerda), segunda força política, apenas obteve 17,83% e 48 lugares.

PORTUGUESA ANA BAILÃO PERDE ELEIÇÃO NO CANADÁ



POR AGÊNCIA LUSA

Antiga deputada federal Olivia Chow foi eleita presidente da câmara municipal de Toronto, batendo a luso-canadiana Ana Bailão nas eleições intercalares, na segunda-feira à noite. A nova 'mayor' de Toronto foi eleita com 37,2% dos votos, o que se

tigo chefe da polícia de Toronto, Mark Saunders, com 8,6%, ou cerca de 61.200, a uma distância considerável dos dois primeiros lugares. Segundo o gabinete de eleições municipais de Toronto, foram contabilizados 712.488 votos.

Olivia Chow nasceu na região chinesa de Hong Kong, e vai ser a terceira mulher (e a primeira mulher não caucasiana) a tornar-se presidente da câmara municipal de Toronto.

Agora autarca tem pela frente vários desafios ao longo do seu mandato sendo o principal a falta de fundos para financiar vários serviços e a acessibilidade devido ao alto custo de vida. A segurança nos transportes públicos é outro dos principais problemas que afetam Toronto, uma das cidades mais multiculturais do mundo, com cerca de 50% da população nascida fora do Canadá.

As eleições intercalares foram marcadas na sequência do pedido de demissão no mês passado do 'Mayor' John Tory, na sequência de um escândalo, após o autarca ter confirmado ter mantido durante a pandemia um relacionamento íntimo com uma ex-funcionária.

Ana Bailão nasceu em Vila Franca de Xira, no distrito de Lisboa. Mudou-se para o Canadá aos 15 anos e já foi vice-presidente da câmara de Toronto, autarquia a cuja presidência se candidatou agora.

traduz em quase 265 mil votos, com Ana Bailão, antiga vice-presidente da autarquia, a obter 32,5%, ou seja, 231.300 votos. Natural de Vila Franca de Xira, no distrito de Lisboa, Ana Bailão está no Canadá desde os 15 anos. Em terceiro lugar, numa lista com 102 candidatos, ficou o an-



Opinião



O PS E AS MEDIDAS DE EXCEÇÃO

POR LUÍS CABRAL MONCADA
PROFESSOR DE DIREITO

Agora é que eu percebi. Os ministros e os responsáveis parlamentares do PS compreenderam a essência do poder político. Leitores certamente de Carl Schmitt, em alemão, claro está, fazem do estado de exceção na democracia parlamentar e das decisões que o secundam o cerne do poder político. Só que, coitados, tresleram aquele magnífico autor. Vai daí simplesmente decidem; de preferência contra a lei. Decidem arredar as regras da democracia quando lhes dá jeito por entenderem que a sobrevivência do Estado (leia-se do partido) está em causa. Recusam entregar documentos importantes a uma comissão parlamentar de inquérito à actuação do Governo, onde mentem descaradamente, falseiam os resultados por ela obtidos reunindo antecipadamente com os chamados ao caso a depor, eliminam a oposição mais aguerrida das viagens oficiais em representação do Estado, gritam escandalosamente no Parlamento contra a oposição, ameaçam-na com sanções, intimidam jornalistas no cumprimento dos seus deveres, chamam esse organismo independente que é o SIS por dá cá aquela palha como arma de arremesso contra o esclarecimento da verdade, mantêm ministros incapazes no poder contra a opinião expressa do Presidente da República, põem em tribunal respeitáveis autoridades independentes por publicarem em livro a verdade e tentam reduzir a autonomia das ordens profissionais, coisa que nem Salazar se atreveu a fazer. Sabe-se lá o que estará ainda para vir; qualquer dia convocam o SIS para dar informações sobre a vida pessoal e sexual dos membros da oposição. A partir aqui tudo é possível. O PS decide o que quer e está convencido que é a partir da sua decisão que se faz direito. O Estado fica reduzido ao momento em que o PS decide; uma decisão pura, inconsequente, sem enquadramento legal, tomada a partir do nada. Nunca, em democracia política, vi semelhança de desafio no nosso país. Não há dúvida que o PS considera que a sua sobrevivência política justifica todos os atropelos à legalidade democrá-

tica. Sabe que está a morrer mas lambe as feridas. Alega a esmo o «interesse público» sem qualquer enquadramento constitucional ou legal para o fazer. E faz-se campeão da «estabilidade institucional» para migalhar mais uns meses no poder. Tudo quer branquear em nome de um pretensão estado de exceção que só ele saberá o que é e até onde vai porque a Constituição não sabe. Esta a vir ao de cima o tradicional jacobinismo do PS, herdo do partido democrático da I República, refrescado por uns maoístas que nunca deixaram de o ser e que lhe engrossam as fileiras. Não esqueçamos isto; o PS definiu a linha vermelha e o povo português existe para votar no PS redentor e para estar agradecido pelas migalhas dadas e a oposição serve apenas para resmungar uns à apertes comedidos, pouco ruidosos, no seu papel de «oposição de Sua Majestade» ao PS. E tudo quanto o PS fizer é em nome do interesse público e pedir medidas de exceção; é matéria de dogma. Quando a oposição levanta a voz lá está o interesse público em causa a pedir medidas de exceção, leia-se o desrespeito total pela legalidade. O PS não entende esta coisa muito simples; o que dele se espera é uma atitude moral na política, sem contradições, tibiezas e hipocrisias baratas. Vale a pena perder alguns votos por causa disso pois serão mais tarde recuperados e com juros. A transparência e a moralidade no exercício do poder não são preconceitos de direita. O PS não deve servir apenas para impedir que o PSD chegue ao poder. O PS não é a família dos guelfos que apenas existe para afastar os gibelinos da governança, como na Toscana medieval, e o país não é uma herança dominial. Fica apenas uma ressalva porque não quero estar a faltar ao respeito a C. Schmitt; aquilo a que ele chamava decisão de exceção e que caracterizava a fisiologia do poder político não era ilegal nem muito menos inconstitucional. Era apenas o conteúdo de uma legalidade excepcional. Filiava-se no conceito de prerrogative de Locke ou seja, the ability to do public good without a rule. Mas explicar isto aos «intelectuais» do PS saídos do ISCTE é perder tempo.



Não há dúvida que o PS considera que a sua sobrevivência política justifica todos os atropelos à legalidade democrática

↳ Cabral Moncada



A verdadeira democracia permite a discussão aberta e o confronto de ideias, mesmo que isso envolva discursos desconfortáveis

↳ Simão Rodrigues

Opinião



QUAL É O PREÇO DA DEMOCRACIA?

POR SIMÃO RODRIGUES
CEO & DIGITAL MANAGER NA HYPE DIGITAL

O mundo tornou-se num bairro em que as redes sociais são o Jornal entregue à sua porta todas as manhãs. A globalização permitiu que estas plataformas ganhassem um papel significativo na disseminação de informações e na formação da opinião pública. Tendo em conta a discussão que este tópico teve no parlamento há cerca de 1 semana atrás, gostaria de analisar e perceber como é que o "combate ao discurso de ódio" (seja lá isso o que for) é um conceito que ele próprio é subjetivo, e um caminho perigoso. Primeiro, seja qual for a nossa vertente ideológica, à esquerda ou à direita, há dificuldade em definir com precisão o que constitui esse tipo de discurso. Isto porque qualquer opinião ou discurso está suscetível a interpretações diversas, e o que pode ser considerado discurso de ódio por uma pessoa, pode ser considerado uma opinião legítima por outra. O projeto de resolução ao impedimento à liberdade de expressão... sim, sejamos claros, o que foi votado no Parlamento foi uma votação na generalidade ao impedimento na liberdade de expressão, que abriu um caminho perigoso e que constitui uma censura arbitrária clara. E isso sim, é objetivo. A verdadeira democracia permite a discussão aberta e o confronto de ideias, mesmo que isso envolva discursos desconfortáveis ou controversos e provavelmente é esse o medo de quem vota a favor deste tipo de Projeto(s). E aqui para nós... deixa um friozinho na barriga ver o PSD votar ao lado do PCP e do Bloco nesta matéria ou não? Seja qual for a sua vertente ideológica, questione-se, pragmaticamente, se a "conveniência democrática" ao limitar o uso de qualquer expressão oral ou escrita faz, jus à liberdade? Parece-me que não. E impõe-se ainda outra questão: será que a votação para estabelecer medidas para "combate" seja a que discurso for na Internet, terá mesmo o objetivo neste caso da salvaguarda dos leitores ou isso demonstra alguma timidez, e diga-se covardia, perante na falta da capacidade argumentativa de potenciais atores políticos para o contraditório?

A internet é uma ferramenta poderosíssima para o crescimento e a formulação de opiniões no homem, mas também é facilmente usada e manipulada por quem tem o poder de a vergar a seu favor. A tentativa de controlo das massas através de meios comunicacionais já foi usada num passado não muito longínquo (no ocidente), e é hoje a arma perfeita em países como a Coreia do Norte ou a Rússia. O que torna a democracia bela é a diversidade e a pluralidade de opiniões, mesmo que não se esteja a favor ou se concorde com elas, mas isso é o que torna a democracia única. O facto de não podermos expressar livremente as nossas opiniões em Portugal no século XXI leva-me a constatar aquilo que eu tenho vindo a dizer nos últimos 6 anos: nós vivemos numa ditadura disfarçada. O politicamente correto como o antagonista do "discurso de ódio" é uma arma usada por quem não tem "capacidades" suficientes para defender a sua premissa, e por isso, tudo o que é contrariado com lógica é apelidado muito facilmente de discurso de ódio. Porquê não explorar alternativas que promovam a educação, a conscientização e o diálogo construtivo, para que as suas próprias opiniões possam sofrer uma metamorfose? Já me aconteceu. É um processo construtivo! Porque não promover o debate? Embora que em alguns casos seja compreensível a preocupação com este tema, quando o próprio diálogo é perceptível disso, é importante refletir sobre as implicações de um combate direto nesta questão. Como vai ser feito? Vamos utilizar a Inteligência Artificial para censurar ou banir qualquer pessoa que utilize palavras que vão contra os princípios das plataformas? E quem vai decidir isso, os seus CEOs que muito se diz terem lugares nos lobbies e organizações mundiais? Em vez disso, procuremos soluções que promovam o diálogo, a educação e a tolerância permitindo que as sociedades floresçam, e não amordaçar quem não está de acordo com o status quo. Se me perguntarem sobre tudo isto que se tem vindo a passar, diria que a "inflação" também já chegou à democracia.

PORTUGAL SOMOU 27 MEDALHAS E “MUITA SUPERAÇÃO” NOS SPECIAL OLYMPICS

POR AGÊNCIA LUSA

Portugal conseguiu 27 medalhas nos Jogos Mundiais Special Olympics, que terminaram no passado domingo, em Berlim, competição em que esteve representado por 37 atletas e na qual a promoção “da inclusão” é mais importante do que lugares no pódio.

“Os resultados e as medalhas são sempre bons, mas o movimento Special Olympics é muito mais do que um quadro competitivo”, afirmou Maria João Figueira, diretora do Special Olympics Portugal, destacando a importância de “cada atleta dar o seu melhor em termos da sua performance e conseguir superar-se”.

Em declarações à agência Lusa, Maria João Figueira, reafirmou a importância de os atletas poderem “vivenciar experiências únicas em termos da sua autoestima, da sua capacidade de irem mais longe, de superarem as suas próprias deficiências”.

Nos Jogos Mundiais de Berlim, que decorreram entre 17 e 25 de junho, Portugal somou oito medalhas de ouro, 12 medalhas de prata e sete de bronze, tendo estado representado em oito modalidades: natação, atletismo, basquetebol, golfe, ginástica rítmica, futsal, ténis de mesa e equitação.



“Todos os nossos atletas se superaram e quase todos conseguiram trazer uma medalha, o que foi bastante positivo”, disse a responsável, acrescentando que existem planos para a

estreia em novas modalidades na próxima edição dos Jogos Mundiais, em 2027, algo que não sucedeu este ano. O secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João

Paulo Correia, felicitou a missão portuguesa, através de uma publicação na rede social Twitter, na qual destaca “o contributo para a causa da inclusão pelo desporto”.

O movimento Special Olympics tem como missão proporcionar as condições para a prática de atividade física e do desporto, de forma contínua e variada e com impacto na inserção social, para crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual, construindo um mundo onde cada pessoa, indepen-

“Os resultados e as medalhas são sempre bons, mas o movimento Special Olympics é muito mais do que um quadro competitivo”,

dentemente da sua capacidade, seja aceite e valorizada.

O Special Olympics existe desde 1968 (desde 2001 em solo luso) e Portugal participou nos Jogos Mundiais Dublin2003, Shanghai2007, Atenas2011, Los Angeles2015 e Abu Dhabi2019. As provas são organizadas numa lógica de integração e de competição entre iguais, o que significa que é implementado o ‘divisioning’, com os atletas inscritos em séries com tempos semelhantes.

Em 2019, Portugal participou no Mundial com 31 atletas em nove modalidades e, devido à pandemia provocada pela covid-19, o Europeu de 2021 foi cancelado.

FÉLIX DA COSTA CONQUISTA TERCEIRO LUGAR NA FÓRMULA E EM PORTLAND

POR AGÊNCIA LUSA

O piloto português António Félix da Costa (Porsche) terminou no passado sábado na terceira posição o E-Prix de Portland (Estados Unidos), 12.º prova do Mundial de Fórmula E, para carros elétricos.

O piloto luso, que tinha partido da sétima posição, ainda liderou durante grande parte da corrida, mas acabou por baixar a terceiro na parte final, terminando a 1,140 segundos do vencedor, o neozelandês

Nick Cassidy (Envision), com o britânico Jake Dennis (Andretti) na segunda posição, a 0,294 segundos do vencedor.

Félix da Costa somou, assim, 15 pontos para o campeonato. “[Foi] um dia bom e sólido para mim. Estive forte toda a corrida e na luta da vitória. Portanto, nesse aspeto [estou] muito contente com a performance que tivemos aqui em Portland”, começou por dizer o piloto português, natural de Cascais. Sobre o resultado, Félix da

Costa considerou que “um pódio é sempre um pódio”. No entanto, ficou com um sabor agridoce pois liderou “grande parte da corrida”.

“Sinto que podíamos ter vencido, mas é assim na Fórmula E, as corridas são decididas no final e não deu para mim. De qualquer forma estou contente e seguimos fortes para as quatro corridas que faltam”, concluiu o piloto português. Com estes resultados, Félix da Costa é sexto, com 93 pontos.

O “ESPLÊNDOIDO ADEUS” DE INDIANA JONES

POR AGÊNCIA LUSA

O último filme de Harrison Ford como Indiana Jones, “é um esplêndido adeus” ao personagem que acompanhou o ator durante 42 anos, disse o veterano da indústria numa conferência em Los Angeles.

“Sempre quis finalizar esta história mostrando-o no final da sua carreira e até da sua vida”, afirmou Harrison Ford, na conferência de lançamento de “Indiana Jones e o Marcador do Destino”.

“Tínhamos um excelente guião

e esse foi o encorajamento para continuar com o projeto”, disse o ator, agora com 80 anos. “Não houve barreiras para contar mais um capítulo desta história. Foi algo que ambicionei”.

Escrito por Jez Butterworth, John-Henry Butterworth, David Koepp e James Mangold, que também realizou, o argumento situa o aventureiro Indiana Jones quinze anos depois do quarto filme numa fase descendente da carreira e da vida.

ALVALADE RECEBE FINAL DA CHAMPIONS FEMININA DE FUTEBOL

O Estádio José Alvalade, em Lisboa, vai acolher a final da Liga dos Campeões feminina de futebol de 2024/25, decidiu o Comité Executivo da UEFA. A capital portuguesa venceu a corrida contra Istambul, recebendo, assim, pela segunda vez o encontro decisivo da 'Champions' feminina.

SNS COM DÉFICE SUPERIOR A 1.066 MILHÕES EM 2022

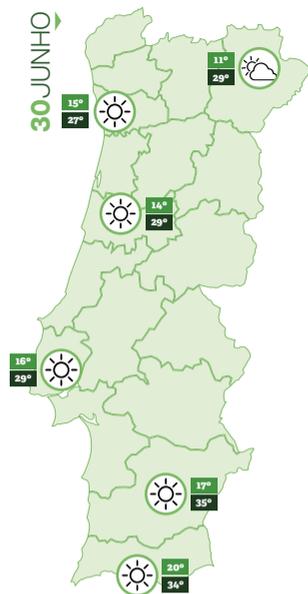
O Serviço Nacional de Saúde (SNS) registou um défice superior a 1.066 milhões de euros em 2022, ano em que atingiu uma despesa de 13.168 milhões de euros, anunciou o Conselho das Finanças Públicas. O documento do CFP salienta que, entre 2014 e 2022, o saldo orçamental do SNS foi sempre negativo, registando um valor acumulado de menos 5.231 milhões de euros.

SUBIDA DE JUROS: CHEGA CRITICA BCE E QUESTIONA MEDINA

O CHEGA quer saber "o que é que Fernando Medina vai fazer em Bruxelas para questionar e contrariar esta política monetária", lamentando "profundamente" as declarações de Christine Lagarde na passada terça-feira, em que alertou que o processo inflacionista se está a tornar mais persistente e sinalizou que as taxas se deverão manter altas.

ASPP/PSP APELA A NEGOCIAÇÕES SOBRE TABELAS SALARIAIS

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) apelou ao Governo para que inicie com urgência as negociações sobre as tabelas salariais na PSP, lamentando que se esteja a perder tempo em discutir os serviços remunerados. Os dirigentes da ASPP estiveram reunidos com a secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto.

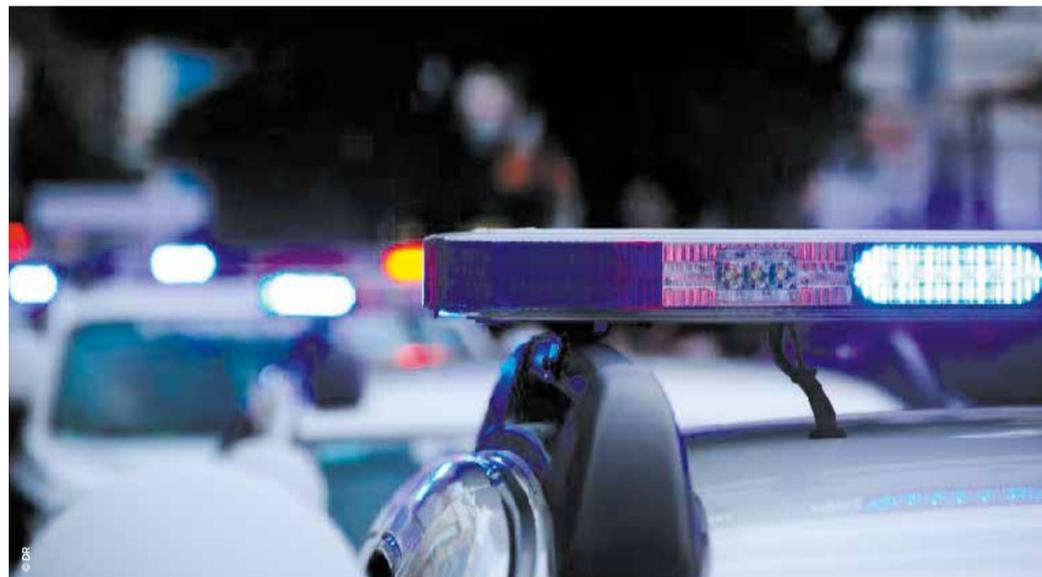


Meteorologia

PORTO	COIMBRA	LISBOA	FARO
sábado 01/07 16° 27°	sábado 01/07 15° 31°	sábado 01/07 18° 31°	sábado 01/07 24° 30°
domingo 02/07 18° 29°	domingo 02/07 17° 34°	domingo 02/07 18° 32°	domingo 02/07 23° 32°
segunda-feira 03/07 16° 26°	segunda-feira 03/07 16° 30°	segunda-feira 03/07 17° 29°	segunda-feira 03/07 23° 31°
terça-feira 04/07 14° 23°	terça-feira 04/07 14° 26°	terça-feira 04/07 16° 27°	terça-feira 04/07 21° 34°
quarta-feira 05/07 14° 23°	quarta-feira 05/07 14° 26°	quarta-feira 05/07 16° 26°	quarta-feira 05/07 20° 33°
quinta-feira 06/07 14° 23°	quinta-feira 06/07 14° 26°	quinta-feira 06/07 16° 26°	quinta-feira 06/07 19° 33°

Insólito da Semana

ARTE E ENGENHO ... PRECISAM-SE!



Este tinha tudo para ser um assalto normalíssimo, daqueles em que os assaltantes entram, furtam o que querem e fogem com o que podem. Só que desta vez o ladrão teve pouca sorte. O homem, com cerca de 30 anos, decidiu assaltar uma moradia localizada na cidade italiana de Monteriggioni, mas

falharam-lhe os cálculos, pois os donos da casa apanharam-no no interior da mesma. Ora, para evitar que o apanhassem em flagrante e na pressa de fugir, o assaltante saiu para o exterior da moradia e saltou a sebe para a propriedade contígua. O que o assaltante não imaginava é que essa outra proprie-

dade albergava, nada mais, nada menos, do que a polícia local. É isso mesmo que está a pensar: o ladrão fugiu para uma esquadra. Se é certo que conseguiu escapar aos donos da casa assaltada, mais certo ainda é que este homem acabou detido e, segundo os jornais italianos, encontra-se agora em prisão domiciliária.

Impopulares



Editorial



MARISCADORES ILEGAIS

POR NUNO VALENTE
DIRETOR DO FN

Asituação dos mariscadores ilegais no Tejo tem sido largamente denunciada por vários órgãos de comunicação social, associações, cidadãos e pelo CHEGA. Esta é uma situação existente há mais de dez anos, mas que, nos últimos cinco, tem conhecido contornos preocupantes.

O partido socialista está no governo desde 2015, governa os executivos de Alcochete, Montijo, Moita e Barreiro, municípios que têm o maior impacto desta atividade ilegal no Tejo, mas a situação que hoje é 'alarmante' continua por solucionar. Na maré vazia são mais de 3000 mariscadores ilegais no horizonte, à vista de todos, de políticos, das autoridades, de governantes, mas nada acontece. Na passada semana algo aconteceu, embora de forma tímida, mas algo aconteceu, resultando em prisões, identificação de imigrantes ilegais e apreensão de amêijoas. Segundo a comunicação social, foram identificados mais de 250 imigrantes ilegais, de nacionalidades variadas, mas maioritariamente tailandeses, que viviam em condições precárias e em regime de quase exploração.

Algo temos de nos perguntar: se identificam 250 imigrantes que se dedicavam a uma atividade ilegal, estes estão legais? Claro que não. No entanto, apesar de identificados pelas autoridades competentes, por aqui vão ficando, dedicados a uma atividade que gera zero de receita para o Estado. Enquanto esta política de portas abertas imperar, situações destas vão agravar-se em Portugal. Devemos dizer sim à imigração, mas não a situações destas, que os arautos socialistas fingem não ver.

Agenda Cultural

30 JUNHO a 02 JULHO

Colete Encarnado, em Vila Franca de Xira

01-02 JULHO

Feira de S. Pedro e do Chocalho, Chouto

01-02 JULHO

Taça do Mundo Trampolins, em Santarém

01 JULHO

18h30 Corrida de Touros em Évora
22h00 Corrida de Touros no Montijo

02 JULHO

17h30 Corrida de Touros em Monforte
18h00 Corrida de Touros no Vila Franca Xira

